

RECURSO ESPECIAL Nº 1.750.926 - SP (2018/0158341-0)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
RECORRENTE : **CHUBB DO BRASIL COMPANHIA DE SEGUROS**
ADVOGADOS : **RENATA CRISTINA PASTORINO GUIMARÃES RIBEIRO -**
SP197485
JOSE CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS E
OUTRO(S) - SP273843
RECORRIDO : **TAM LINHAS AÉREAS S/A**
ADVOGADOS : **EDUARDO LUIZ BROCK - SP091311**
SOLANO DE CAMARGO - SP149754
FABIO SANTOS PEDROSO E OUTRO(S) - SP295660

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REGRESSO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. SEGURADORA CONTRA O CAUSADOR DO DANO. SUB-ROGAÇÃO NOS DIREITOS DO SEGURADO. EXTRAVIO DE BAGAGEM. PRAZO DE PRESCRIÇÃO APLICÁVEL À RELAÇÃO JURÍDICA ORIGINÁRIA.

1. Ação de regresso de indenização securitária devido ao pagamento de indenização securitária decorrente de extravio de bagagem.
2. Conforme reiteradas decisões desta Corte, ao efetuar o pagamento da indenização ao segurado em decorrência de danos causados por terceiro, a seguradora sub-roga-se nos direitos daquele, nos limites desses direitos, ou seja, não se transfere à seguradora mais direitos do que aqueles que o segurado detinha no momento do pagamento da indenização. Assim, dentro do prazo prescricional aplicável à relação jurídica originária, a seguradora pode buscar o ressarcimento do que despendeu com a indenização securitária.
3. Recurso especial conhecido e provido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por CHUBB DO BRASIL COMPANHIA DE SEGUROS, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Ação: de regresso de indenização securitária, ajuizada pela recorrente, em face de TAM LINHAS AÉREAS S/A, devido ao pagamento de indenização securitária decorrente de extravio de bagagem, na qual pleiteia o ressarcimento da quantia de R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais).

Sentença: extinguiu o processo, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, IV, do CPC/73, em virtude do reconhecimento da prescrição da pretensão da recorrente.

Acórdão: negou provimento à apelação interposta pela recorrente, nos termos da seguinte ementa:

ACÇÃO REGRESSIVA - TRANSPORTE AÉREO - EXTRAVIO DE BAGAGEM - RESSARCIMENTO DOS DANOS AO BENEFICIÁRIO DA ESTIPULANTE - SUB-ROGAÇÃO NOS DIREITOS - PRESCRIÇÃO TRIENAL - RECONHECIMENTO - INTELIGÊNCIA DO ART. 206, PAR. 3º, INC. V, DO CÓDIGO CIVIL - INAPLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - NÃO ENQUADRAMENTO NA DEFINIÇÃO DO ART. 2º DA LEI 8.078/90.
RECURSO DO RÉU NÃO PROVIDO. (e-STJ Fl. 263)

Embargos de declaração: interpostos pela recorrente, foram rejeitados.

Recurso especial: alega violação dos arts. 2 e 27 do CDC; 786 do CC, bem como dissídio jurisprudencial. Afirma ser aplicável o prazo prescricional quinquenal à espécie, nos termos da legislação consumerista. Assevera que sub-rogação enseja verdadeira substituição de posição jurídica, de modo que tudo aquilo que competia ao consumidor lesado passa a assistir à seguradora que lhe substituiu na relação originária, em decorrência da indenização prestada pelo seguro viagem.

Relatado o processo, decide-se.

- Da sub-rogação e do prazo prescricional aplicável à relação jurídica originária

O TJ/SP, ao decidir pela aplicação do prazo prescricional trienal à espécie, bem como pela inaplicabilidade do CDC, contrariou o entendimento do STJ no sentido de que dentro do prazo prescricional aplicável à relação jurídica originária, a seguradora sub-rogada pode buscar o ressarcimento do

que despendeu com a indenização securitária. (REsp 1505256/SP, Terceira Turma, Dje de 17/05/2016 e AgInt no REsp 1613489/SP, Terceira Turma, Dje de 28/09/2017). Logo, o acórdão recorrido merece reforma.

Outrossim, faz sentido a aplicação do prazo da legislação consumerista previsto no art. 27 do CDC às demandas relativas à seguradora contra o causador do dano quando a causa subjacente versar sobre consumo, visto tratar-se de regramento específico que subsiste no ordenamento jurídico e que disciplina de forma direta casos como o ocorrido nos autos, diante da sub-rogação operada.

Forte nessas razões, CONHEÇO do recurso especial e DOU-LHE PROVIMENTO, com fundamento no art. 932, III e V, “a”, do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, para afastar a prescrição declarada pelo Tribunal de origem.

Deixo de majorar honorários advocatícios, nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, em razão do provimento do apelo especial (EDcl no AgInt no REsp 1573573/RJ, Terceira Turma, DJe de 08/05/2017).

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora